

O Elemento Psicológico como Factor da Afirmação de um País Chamado Portugal

José Filipe Pinto *

Sumário

Com este trabalho pretende-se compreender a influência do elemento psicológico na História de Portugal, como factor fundamental da conquista da independência e de afirmação em períodos de aventura, como a expansão, ou em época de novas descobertas resultantes do fim de um Império mais imaginário que real.

Palavras-chave:

Estado Novo, Salazar, Nação, Elemento Psicológico, Independência, Afirmação, Portugal, Império

Abstract

This research tries to understand the influence of the psychological element on Portuguese History, as an essential factor of its independence conquest and affirmation in adventure periods, as the overseas expansion, or in epochs of new discoveries resulting of the end of a Empire which must be considered more imaginary than real.

Keywords:

The New State, Salazar, Nation, Psychological Element, Independence, Affirmation, Portugal, Empire

* U.L.H.T.

Introdução

A mundanal afeição, teorizada por Fernão Lopes e que decorre da dimensão humana, conduz, quase implicitamente, à interpretação subjectiva dos acontecimentos, acabando por condicionar ou, pelo menos, colocar em risco a universalidade de certos conceitos.

Por isso, e tomando como exemplo Portugal, as noções de nação e de povo, apesar de poderem ser definidas com alguma objectividade, têm sido objecto de aproveitamentos que desvirtuam a essência dos conceitos em causa.

Foi assim durante o Estado Novo, pois para Salazar o pensamento dominante era *nada contra a Nação, tudo pela Nação*, assente na habilidade dialéctica de «substituir, no abstracto, a nação pelo Estado e em esconder-se atrás da primeira, para não ser criticado por sacrificar o indivíduo ao Estado»¹.

Voltou a ser assim, quando, no período pós-25 de Abril, as forças ditas revolucionárias se arvoraram no direito de apenas considerar como pertencentes ao povo cerca de 10 por cento dos portugueses.

No entanto, as constatações anteriores não se aplicam, pesem embora alguns resquícios de provincianismo e de heterocentramento, ao problema da identidade.

Na verdade, Portugal não tem problemas de identidade como, aliás, ficou sobejamente demonstrado quando Adriano Moreira, na qualidade de presidente da Sociedade de Geografia, convidou os representantes das comunidades emigrantes filiadas na cultura portuguesa para os Congressos que se realizaram em Lisboa e em Moçambique.

Como Adriano Moreira (1977:9) referiu «muitos já não falavam a língua, há séculos que de geração em geração se diziam portugueses sem nunca terem pisado terra portuguesa».

No entanto, a adesão pronta e interessada à ideia, o desejo de estreitar os laços que a inércia do poder político não conseguira quebrar, tudo em nome do orgulho de se sentir membro da portugalidade,

constituíram demonstração inequívoca de que, como Pascoaes (1998:13) afirmou, o Português, mesmo quando integrando a nação peregrina em terra estranha «é uma raça constituindo uma Pátria, porque, adquirindo uma Língua própria, uma História, uma Arte, uma literatura, também adquiriu a sua independência».

Por isso, quando «nos areais se perdeu uma nação» (Agostinho da Silva: 2002:28), o Rei não morreu, pois não se tratava de uma individualidade, mas de um ente colectivo.

Do mesmo modo, a queda do Império, mais imaginado que real, não significou mais do que uma demonstração, necessária mas serôdia, de que as formas políticas das relações entre os povos, mesmo que marcadas pela injustiça e exploração, representam apenas um arranjo humano transitório.

Com este trabalho pretende-se, aproveitando os contributos, nem sempre devidamente valorizados, de Cunha Leão, Pascoaes, Jorge Dias, Gilberto Freyre e Agostinho da Silva², compreender o enigma português: a formação do povo português, as suas características físicas e, sobretudo psicológicas, as causas que proporcionaram a obtenção e manutenção da independência política, única na Península Ibérica face a Castela, a construção e a manifestação dos mitos colectivos e, finalmente, os momentos relevantes da vida contemporânea de um Portugal ainda à espera de compatibilizar as opções lusófona e europeia, condição necessária, e espera-se que suficiente, para a sua afirmação.

Este projecto implicou um trabalho de selecção e análise de obras relacionadas com o tema e que incluíam não apenas as perspectivas histórica e geográfica, mas sobretudo, as dimensões filosófica e antropológica, uma vez que se procurava uma análise o mais abrangente possível.

Verificou-se igualmente necessária a consulta de obras espanholas, como modo de inferir a repercussão que os acontecimentos da História de Portugal tiveram em Espanha, país hoje vizinho, mas,

outrora, principal ameaça externa da independência e do projecto português.

Com este trabalho pretende encontrar-se uma resposta para a questão:

De que modo as características psicológicas do povo português foram determinantes para a construção de um projecto independentista e expansionista que se manteve tantos séculos?

A Formação do Povo Português

As teses acerca da formação do povo português, sobretudo no que diz respeito ao peso relativo dos diferentes povos que se admite poderem estar na sua base, são díspares.

Uma dessas teses, a céltica, assim denominada pela valorização que faz do contributo dos Celtas, é partilhada quase por unanimidade pelos intelectuais galegos, dos quais se destacam Plácido Castro, Pedrayo, Vicente Risco, Rodriguez Gonzalez e Salvador Lorenzano, os quais justificam a sua opção com base em dados arqueológicos e históricos.

Aliás, também em Portugal, a posição que defende que o povoamento foi maioritariamente celta encontrou muitos defensores.

Um deles, Leite de Vasconcelos, fundamentou-se em «textos e onomástico, tanto ao sul do Tejo, como a Norte do Douro. Relativamente à região situada entre o Tejo e o Douro não se conhecem textos em que se mencionem Celtas; compensa-nos porém esta falta o onomástico»³.

Quanto a Oliveira Martins (1977:20), defendia a tese céltica por pressupostos psicológicos, pois considerava que o elemento primitivamente dominante nas populações era, em Portugal, celta, uma vez que os seus frutos ingénus e espontâneos tinham a cor e a forma dos produtos dessa raça e por pressupostos onomásticos «os nomes próprios de lugares, os nomes de pessoas e divindades tiradas das inscrições latinas da Lusitânia e da Tarraconense, que constituem o nosso Portugal, provam a preponderância de um elemento celta».

Este historiador (1987:23) contestava a suposição de Humboldt de que os Iberos fossem de origem celta, pois «ou independentes ou filiados no ramo semita, os Iberos não é lícito confundi-los mais na estirpe dos Celtas, porque estes últimos provêm da raça indo-europeia».

Segundo ele, os Celtas fundiram-se com os Iberos e dividiram-se em cinco grandes tribos: Cantabros, Asturos; Vascónicos, que se fixaram no Norte e Galaicos e Lusitanos, que ocuparam o Ocidente. Isto explicava a individualidade de carácter dos Lusitanos, pois tinham mais sangue céltico ou celta do que ibérico.

No entanto, Oliveira Martins (1977:22) lançou algumas dúvidas sobre a existência de uma tese totalmente correcta, porque «até hoje todas as sucessivas tentativas para descobrir a nossa raça têm falhado. Latinos, Celtas, Lusitanos e afinal Moçárabes têm passado: ficam os portugueses, cuja raça, se tal nome convém empregar, foi formada por sete séculos de história».

Também Veríssimo Serrão (1979:43) advogou a favor da tese céltica, pois defendia que os Celtas, embora não provindo de um mesmo tronco migratório, encontraram uma terra despovoada em larga escala no século VI a C. Segundo ele, as marcas linguísticas da civilização celta foram «os nomes de lugares, pessoas e divindades. Aos antigos topónimos juntaram sufixos como *dunum* e *briga*».

Assim, a adesão à tese céltica parece justificar-se pela arqueologia – posição dos historiadores galegos, pela toponímia e onomástico–, teses de Leite de Vasconcelos e de Joaquim Serrão e até pela psicologia – caso de Oliveira Martins.

Convirá, no entanto, referir que qualquer destas teses teve vários apoiantes para além dos mencionados e que outras teses foram apresentadas sobre a origem do povo português.

Uma delas, formulada por Teixeira de Pascoaes (56), considerava que os povos que primitivamente povoaram a Ibéria, e não apenas a região que hoje é Portugal, pertenciam apenas a dois ramos étnicos

diferenciados por estigmas de natureza e moral: «um dos ramos é o ariano (gregos, romanos, godos, celtas, etc.); e o outro, é o semita (fenícios, judeus e árabes)».

Por outro lado, alguns investigadores atribuíam dominância a outros elementos, como foi o caso de Martins Sarmiento (1891:17), que recusava a tese céltica, pois considerava «a velha toponímia do Ocidente anterior à aparição dos Celtas» e dava relevância ao elemento lígure, posição que não foi aceite por Mendes Corrêa (1918:61), que defendia que «não há no onomástico português elementos bastantes para se definir uma filiação nos lígures e, além disso, o culto do cisne astral, tão famoso entre estes, não figura nas Religiões da Lusitânia».

Também o antropólogo Fonseca Cardoso «julguu identificar na população poveira um contingente fenício ou púnico»⁴, que corresponderia a 5 por cento da população, e Basílio Teles (1901:331) defendeu «uma diferenciação étnica entre o Norte e o Sul. Neste a semitização operada pelos contingentes fenícios, cartagineses, hebraicos e árabes; naquele, o predomínio ariano», posição prontamente refutada por António Sardinha (1915:1), que considerava que era «o dolicoide meão, de cabelos escuros e preferências sedentárias, quem fundamenta as raízes da Pátria», e que o dolicocefalo loiro foi apenas um *raptor orbis*.

Por outro lado, Alexandre Herculano (1980:81-82) contestou as filiações lusitanas dos portugueses porque «é impossível ir entroncar com elas a nossa história ou delas descer logicamente a esta. Tudo lhe falta: a conveniência de limites territoriais, a identidade da raça, a filiação de língua, para estabelecermos uma transição natural entre estes povos bárbaros e nós».

Para Herculano (1980:45-46), a Lusitânia abrangia, nos tempos da independência céltica e do domínio romano, «uma extensão mais que duplicada da largura actual do nosso país» e, por isso, também a Galiza, a Estremadura Espanhola e até a Andaluzia poderiam reclamar o direito a considerar essas tribos célticas, denominadas Lusitanos, como seus antepassados. Além disso, «a antiga raça céltica, não só da Lusitânia mas também de outra parte da Península, corrompeu-

-se, desaparecendo por fim na sucessão de tantas invasões e conquistas»⁵.

Mais uma vez Corrêa Mendes (1919:74-75) contestou esta tese, pois dizia que «se não há uma sinonímia rigorosa entre Lusitano e Português, é inegável que os Lusitanos constituem entre os indígenas históricos do território o núcleo mais importante da futura população portuguesa».

Por tudo o que foi apresentado, parece lícito reconhecer razão a Cunha Leão (1973:96) quando afirmou ser temerário «pretender atribuir tal individualidade a qualquer raça em particular, ou ao predomínio de uma delas».

Este investigador considerava que o contingente galaico do além-Vouga, também ele já o resultado de uma mistura, se caldeou intensamente com o sangue lusitano, nas zonas por onde avançou a reconquista cristã, linha Norte-Sul e paralela ao mar. Quanto às Beiras interiores, o relevo acidentado facilitou o isolamento dos genuínos Lusitanos. Assim «o galaico impregnou fortemente o luso-romano e o luso-árabe. Depois, deu-se em grande escala a absorção de nórdicos, mediterrânicos, israelitas e até de contingentes de cor»⁶.

Por isso, o povo português era a combinação feliz desta encruzilhada de povos.

Também o antropólogo Jorge Dias (1986:18) estudou a origem do povo português e considerou que a região que hoje constitui Portugal «estava destinada a ser ponto de passagem e de encontro das mais variadas raças», devido à sua localização no Extremo Sudoeste da Europa. Por isso, considerava que todos os povos, invasores ou comerciantes, deixaram as suas marcas: os Fenícios e os Normandos, numa maneira, superficial e no litoral; os Celtas, sobretudo a partir do séc. VI a. C., pois «fundiram-se com a raça autóctone e os Lusitanos resultaram desta fusão»; os Romanos, durante uns séculos, os povos germânicos, os Suevos, no séc. V, os Visigodos, no séc. VI, e os Árabes, nos princípios do séc. VIII.

Outras teses poderiam ser mencionadas, mas não parece abusivo concluir que pouco adiantariam às posições anteriormente expostas e que se podem agrupar em duas: valorização quase absoluta de apenas um elemento ou defesa de uma perspectiva diacrónica de formação, em que cada povo que chegava, contribuía, mais ou menos significativamente, com novos elementos para a combinação feliz – o povo português.

A Independência de Portugal

As teses sobre a independência de Portugal podem ser agrupadas de acordo com os elementos que as valorizam em geográficas, antropológicas e políticas, ou de circunstancialismo histórico.

A tese geográfica tende a considerar que Portugal constitui uma individualidade geomorfológica na Península Ibérica, pois «a forma rectangular, a distribuição dos seus degraus continentais, a função dominante do mar, particularidades da orientação das montanhas e das redes hidrográficas»⁷ contribuíram para individualizar Portugal. Esta ideia de um individualismo geográfico como base da separação política, foi defendida por Silva Teles e por outros geógrafos como Elisée Reclus e Hermann Lautensach.

No entanto, esta tese, por si só, tem dificuldade em explicar que algumas províncias portuguesas apresentem mais diferenças entre si do que com as contíguas espanholas, como se pode constatar da comparação do Minho com o Algarve, tão diferentes entre si, mas tão semelhantes, o primeiro com a Galiza, e o segundo, com a Andaluzia. Por explicar fica também o precário suporte continental de Portugal, uma faixa estreita na proporção de 6 para 2, devido ao seu comprimento máximo de 561km e à largura de 218 km, construído na maior parte sem uma protecção ou um suporte orográfico e com uma linha hidrográfica descontínua e facilmente ultrapassável em muitos pontos.

Oliveira Martins (1977:34) rejeita a tese geográfica, porque «as cumeadas e os vales extensos mudam de nacionalidade naquele ponto convencional que aos homens aprouve fixar», pois os rios e as serranias de Portugal dilatam-se até ao coração do corpo peninsular. Além disso, a metade sul de Portugal contradiz de modo incontestável as opiniões que consideram a orografia como fundamento da independência portuguesa.

Também Orlando Ribeiro (1987:23) considera que «a posição de fachada marítima foi aproveitada largamente pela civilização que se elaborou em Portugal; mas nem a determinou nem lhe é especialmente favorável». Para ele, as teses que se fundamentavam no território e na raça estavam ultrapassadas.

Parece pertinente, uma vez explicitados os motivos da recusa da tese geográfica, apresentar os argumentos com que contraria a tese antropológica.

Nos distritos isolados do Nordeste, os valores do índice cefálico são os mais elevados, e Mendes Correia já tinha considerado que a população portuguesa era a mais dolicocefala e homogénea da Europa. Por outro lado, «o espanhol vai da dolicocefalia menos pronunciada do português até à braquicefalia»⁸.

Orlando Ribeiro (1987:25) aceitou essa diferença como uma consequência *a posteriori* da fronteira e não como um elemento condicionante do seu traçado, pois «os tipos humanos definem-se na Península através de influências, migrações e contactos num lapso de tempo muito longo». Também Oliveira Marques (1974:7) recusou a tese geográfica pois «muito mais importante do que uma pretensa individualidade geográfica é antes a situação geográfica que explica muitos dos traços característicos da história portuguesa e a própria existência de Portugal como nação». Para Oliveira Marques (1974:67), a independência de Portugal esteve intimamente relacionada com certos problemas de administração eclesiástica, como «a luta entre os arcebispos de Braga e os de Toledo e pela tentativa

de criar uma província metropolitana portuguesa coincidente com as fronteiras de Portugal».

Quanto à outra tese, a do *acaso* ou acidente histórico, tão defendida pelos historiadores espanhóis, como Sanchez Albornoz e Américo Castro, importa ver qual a sua fundamentação.

Américo Castro (1971:373) considerou a independência de Portugal «como indirecta consequência de Santiago». Este historiador (1971:376) defendia que «el futuro Portugal, antes de ser regido por el conde Enrique de Borgoña, no poseía una consciéncia colectiva desligada de la de los gallegos y leoneses» e classifica a crença de que Portugal já existia antes do século XII como uma lenda.

Aliás, já em obra anterior, Américo Castro (1948:152) afirmara que, para ele, «a Portugal lo hacen independiente», o que significa que a independência de Portugal não foi apenas obra de portugueses, mas também da Aquitânia e Borgonha e da Ordem de Cluny, que usaram a peregrinação a Santiago de Compostela em benefício próprio, aproveitando «la debilidad de Alfonso VI, y su urgencia por enaltecerse él y su reyno».

Na verdade, este rei casara, primeiro, com Inês de Aquitânia e, depois, com Constança, filha do duque de Borgonha. Seus genros, Henrique e Ramon pertenciam, tal como seu primo, o abade Hugo de Cluny, à casa ducal de Borgonha, e a morte de Ramon, herdeiro do trono, «perturbó los planes clunialenses en cuanto a Léon y Castilla, planes que entonces se concentraron sobre Portugal, feudo otorgado por Alfonso VI a su yerno el conde Enrique». Aliás, D. Henrique tinha vindo à Península Ibérica para estabelecer mosteiros nos lugares estratégicos do caminho de Santiago, santuário de prestígio internacional. Os interesses franceses ganharam mais apoios no Condado Portucalense com «la venida de los caballeros del Temple y de los monjes del Cister, igualmente enlazados com Borgoña» (Castro, 1948:154).

Para Américo Castro não restavam dúvidas de que tinham sido estes laços com Borgonha e com Cluny, a debilidade de Afonso VI e as guerras civis entre cristãos que possibilitaram a independência de Portugal.

Outro historiador que recusou a tese geográfica foi Oliveira Martins, ao defender que Portugal se tinha formado com um retalho da Galiza, outro, de Leão e outro, da Espanha meridional sarracena.

Para ele (1977:62) «é da data do óbito de Afonso VI que deve contar-se a era da independência de Portugal», pois foi esse acontecimento que permitiu quebrar a cadeia de vassalagem devida por D. Henrique a Afonso VI. Este historiador (1977:27) considerava que, das várias causas possíveis para a independência de Portugal, não era de desprezar, como causa fundamental, o merecimento pessoal do conde D. Henrique: «a causa da separação de Portugal do corpo da monarquia leonesa não é obscura, nem carece de largas divagações para definir-se: é a ambição de independência do governador do condado». Aliás, Oliveira Martins defendia que o conde pretendia mais a sua independência pessoal e própria do que a fundação de uma nação.

Naquela altura havia uma anarquia sistemática da constituição da sociedade, e o destino dependia da bravura e perspicácia dos chefes, e com a morte do conde e a manebia da viúva com Fernando Peres, o que «não era caso que ofendesse o pudor particular nem público»⁹, mas dava origem a ciúmes entre os fidalgos, temeu-se a perda do que D. Henrique tinha conseguido, mas a viúva «a condessa, infanta ou rainha de Portugal – porque de todos estes títulos usou»¹⁰, soube defender as conveniências próprias, até à invasão de Afonso VII, que a obrigou a retrair-se aos primitivos limites e a jurar vassalagem.

Foi este facto aproveitado pelo arcebispo de Braga, D. Paio, e por outros nobres para apoiarem D. Afonso Henriques na luta e na vitória contra a mãe. Toda a luta posterior de D. Afonso Henriques, a derrota de Tui e a consequente vassalagem, a vitória

de Ourique, a paz de Valdevez e, finalmente, o Tratado de Zamora, apenas lhe garantiram, de acordo com o direito político dos Godos, a independência e a soberania até à sua morte. No entanto, a constatação de que o direito canónico era superior ao feudal e os conselhos do cardeal Guido para que D. Afonso Henriques se tornasse vassalo do papa, valeram-lhe que Alexandre III lhe sancionasse o título de rei e lhe garantisse «a hereditariedade, sob condição de preito e confirmação outorgada aos seus sucessores», (Martins, 1977: 81), fundamento jurídico da independência.

Em abono das teses que valorizam a intervenção das ordens religiosas, mas também a do merecimento pessoal, deve, no entanto, referir-se que São Bernardo de Cadaval se apressou a escrever a D. Afonso Henriques.

Por tudo o que foi exposto, parece poder concluir-se pelo acerto da posição de Orlando Ribeiro (1987: 20), que defende que «o problema não deve ser visto apenas pelo lado “nacional”, mas no conjunto peninsular» e que interpretações como a do «caso» de Sánchez-Albernoz e de Américo Castro estão completamente ultrapassadas, assim como as que valorizam apenas o território ou a raça.

Como Cunha Leão defendeu, «a independência não só deflagrou com incrível pujança e tenacidade como se reforçou em formas originais e ao reflectirmos sobre os seus efeitos e suportes psicológicos condicionados teremos a chave da intrigante irredutibilidade portuguesa e da sobrevivência nacional»¹¹.

Importa, pois, fazer a caracterização psicológica do povo português: as suas virtudes e os seus defeitos, se bem que, como defende Jorge Dias, o que foram virtudes numa época podem ser defeitos noutra. Talvez se encontre nessas características psicológicas a razão fundamental para a independência de Portugal, uma vez que as outras causas apontadas parecem, quer individualmente quer em conjunto, incapazes de gerar o consenso.

Aspectos Psicológicos do Povo Português

Vários autores já se encarregaram de traçar o retrato psicológico do povo português, tentando ver nele a explicação para a soberania nacional. Convirá realçar desde já que, como Eduardo Lourenço (1992:21) constatou, «é nas camadas populares, ou nos que estão mais próximos delas, que o vínculo imediato ao ser racional resiste, mesmo inconscientemente à coexistência superficialmente pacífica de espanhóis e portugueses», embora em alguns momentos determinantes – Independência e Restauração – não tenham sido as camadas populares aquelas que se revelaram mais actantes e determinantes.

Teixeira de Pascoaes (1998:89) definiu o *carácter* português como «o desenho íntimo da *alma pátria*, que se exterioriza por meio das suas qualidades em acção: génio de aventura, espírito messiânico, sentimento de independência e liberdade». Também referiu defeitos, mas Pascoaes (1998:97) considerava que «o homem possui as qualidades dos seus defeitos... é possível que destes resultem aquelas, por contraste ou evolução criadora». Por isso, realçou a falta de persistência como defeito, mas fez-lhe corresponder o génio de aventura como virtude; à vil tristeza correspondia a saudade; a inveja tinha como virtude o sentimento de independência e o poder de individualidade. Salientou ainda os defeitos próprios de um povo que foi grande e decaiu: a vaidade susceptível, que o leva a viver no sonho e na fantasia de ainda possuir os bens; a intolerância, uma forma de vaidade susceptível, que representa uma maneira de se alimentar da sua quimera dolorosa, e o espírito de imitação, que surge quando o carácter adoece e se dilui.

Das qualidades apontadas por Pascoaes, não parece errado concluir que um povo que tem um sentimento tão profundo de independência e liberdade dificilmente poderia suportar uma situação de vassalagem ou dependência.

Também Jorge Dias (1986: 25) viu nas características psicológicas do povo português uma forma de afirmação de independência, pois o Português não tem como o Espanhol «um forte ideal abstracto, nem a acentuada tendência mítica. O Português é, sobretudo, profundamente humano, sensível, amoroso e bondoso, sem ser fraco».

É igualmente um misto de sonhador e de homem de acção, ou seja, um sonhador activo, cujas acções ou actividades se alimentam do sonho e da imaginação. Aliás, até na religião não se viam os Cristos lívidos e torturados de Espanha, ou as igrejas imponentes de Espanha, mas templos acolhedores, caiados ou sóbrios na pureza do granito e sempre habitados por santos bons e humanos. Este aspecto da religião em Portugal foi também evidenciado por Gilberto Freyre (1952:169) que escreveu que há entre os homens e os santos «uma intimidade como que caracterizada pelo compadrio». Não sendo fraco nem vingativo – na Literatura Portuguesa a vingança sangrenta do adultério de Lope de Vega ou Calderón foi substituída pela solução feliz de Gil Vicente –, o Português tem um temperamento brioso e por isso está predisposto a terríveis lutas sangrentas, como as rixas entre aldeias próximas, ou até entre amigos e vizinhos, o que pode explicar o seu desejo de independência política, pois sentia-se ultrajado pela vassalagem devida a um rei estrangeiro. Ainda de acordo com Jorge Dias (1986: 36), até nas touradas com a tradição portuguesa de não matar o touro, que vem embolado para não ferir os cavalos nem matar os homens, existe uma contradição com a intensidade dramática da tourada espanhola. No entanto, «a nota viril da coragem física com as pegas, em que os homens medem forças com o touro, que é dominado a pulso», revela a valentia e o desejo de afirmação que se sentiu também na arte, quando, não sentindo como seu o gótico de Espanha e França, o Português acabou por criar um estilo próprio, onde a sua religiosidade típica melhor se exprime: o manuelino. Também neste aspecto o desejo de independência e a necessidade de afirmação parecem nítidos.

No entanto, o mais completo estudo psicológico do Português, feito por oposição ao Castelhana, foi elaborado por Cunha Leão (1973:117), defensor de que «no quadro hispânico a oposição psicológica, em muitos aspectos diametral, de portugueses e castelhanos, tem sido a prima razão e a salvaguarda instintiva da independência nacional».

Este historiador encontrou onze características que opunham os comportamentos portugueses e castelhanos e que tornavam difícil a sujeição portuguesa a Espanha, uma vez que evidenciavam formas diferentes de religiosidade, sensibilidade à natureza, resistência à adversidade, solidariedade, interesses e tendências,

Das características apontadas pelo autor, e que no seu todo representam duas mundividências incompatíveis, parece pertinente realçar algumas delas como elemento justificativo da independência de Portugal.

No que diz respeito à resistência à adversidade, enquanto o Castelhana segue a regra de Séneca e preserva um reduto interior em que não entra a derrota, um inexpugnável mundo introspectivo, o Português acredita na esperança «como ingénito sentimento capaz de subsistir autónomo de apoios intelectuais e de objectivação», o que justifica a crença de providencialismo do nosso povo, uma forte crença nas soluções milagrosas – Batalha de Ourique, Sebastianismo... Este modo de resistir e reagir à adversidade demonstra os dois tipos de religiosidade: imediata e impermeável à dúvida, no caso espanhol, e mediata e marcada pela ânsia de esclarecimento, no caso português, o que lhe dá «predisposição a admitir milagres e sinais complementares de Revelação».

Um facto parece ser comum a ambos os povos: a propensão para viver em afirmação. Mas, também neste ponto, as diferenças surgem, pois o Castelhana valoriza o factor pessoal, a luta, o campo de batalha, enquanto o Português procura a luta mais táctica, de preferência envolvente e não em campo de batalha raso. Isto não significa fuga ao combate, pois «nos momentos supremos, quando a premeditação se

esgota e a necessidade o impõe, a emoção represada jorra com violência inaudita, ao serviço de uma determinação amadurecida»¹². Ora, todo o processo de conquista da independência parece encaixar na citação anterior.

No que diz respeito à solidariedade, a castelhana é feita através do orgulho e hermetismo nacional e «perante os outros a expressão de todos, a expressão de Espanha e das hierarquias tem de ser grandiosa», enquanto a portuguesa se consubstancia pela comunhão dos afectos, transmissão do sangue e coesão pela saudade. Esta diferença parece explicar, não só a atitude de ambos os povos durante a fase da expansão, mas também que «o humano, demasiadamente humano, a quase dissolução, é paradoxalmente susceptível de fortalecer, de perpetuar o patriotismo e a existência livre de um povo». Talvez aqui se encontre a razão de Portugal, ao contrário de Navarra, ter sabido conservar a independência, apenas perdida durante sessenta anos, e logo recuperada quando o Sebastianismo se materializou em acção.

De facto, como Gilberto Freyre constatou, até na comida a diferença entre Portugal e Espanha se faz sentir de maneira inequívoca. O prato típico espanhol, o *puchero* tem uma grande variedade, mas não revela harmonia de composição e pode ser decomposto em vários pratos, cada qual mais atraente. Por outro lado, cada prato típico português representa uma harmonia de valores que perdem a beleza se forem separados. Ora, este modo de organização, esta procura de harmonia, talvez não possa coexistir com uma situação de dependência, limitativa da criatividade e da iniciativa de um povo que soube combinar ao longo da sua história a alternância da aventura com a rotina. Esta propriedade foi verificada por Fernando Pessoa, que realçou o menor ódio que o povo português dedicava às outras raças, e por Gilberto Freire (1952:140), que a salientou em *Aventura e Rotina* «surpreendo neles portugueses que amam a sua velha aldeia mas têm o sentido, o pensamento, o coração dividido entre a aldeia transmontana e o oriente português. Entre a rotina e a aventura».

Não parece abusivo concluir que, como António Quadros (1988:57) afirmou, «o arquétipo do homem português é o que emerge e se revela em determinados períodos históricos favoráveis, mas é também o que se oculta, ou é ocultado, o que se reduz a uma vida estagnada e recalçada, nos períodos em que se desfaz a sua *paideia*». Assim, o elemento psicológico pode ter acção positiva ou negativa, de acordo com a circunstância.

Na correspondência que manteve com Pascoaes, Unamuno (1986:70) interessou-se pelo «fenómeno de la frecuencia con que se dan suicidios en Portugal, terra trágica». Para ele a brandura e a meiguice do povo português estavam apenas à superfície e escondiam uma violência plebeia que chegava a assustar.

A constatação de que, em apenas dois anos, de 1889 a 1891, Soares dos Reis, Camilo Castelo Branco e Antero de Quental se tinham suicidado, levou Unamuno a definir os Portugueses como um povo de suicidas e a ver nesta supremacia do complexo de Tánato a futura e próxima perda da independência de Portugal «Portugal é um fruto maduro prestes a cair por si próprio e a ser colhido pela Espanha, em cujo seio seria enfim feliz, pois vive hoje no derrotismo e não encontra já sentido para uma vida independente». Esta previsão, que aliás foi desmentida pela História, assenta na mesma base, o elemento psicológico, que os pensadores anteriormente citados usaram para justificar a independência de Portugal.

Finalmente, parece necessário voltar a referir Fernando Pessoa, que na *Mensagem* revelou o homem português como o paradigma do homem universal, aquele que luta pela redenção do ser, «numa epopeia messiânica e por assim dizer ontológica». Pessoa viu o Português como um cosmopolita, que descobriu a ideia de descoberta e que, com a sua imaginação e os dois mitos fundamentais, o mito do Quinto Império e o mito do Encoberto, «alimentou com o primeiro a energia espiritual de toda a história portuguesa de sentido universalista e com o segundo a esperança

na regeneração da grandeza perdida»¹³, de modo a cumprir Portugal.

Também Eduardo Lourenço (1988:18-19) viu «esse sentimento que o português teve sempre de se ver garantido no seu ser nacional mais do que por simples habilidade e astúcia humana, por um poder outro, mais alto, qualquer coisa como a mão de Deus». A simples constatação da existência dos mitos colectivos, anteriormente referidos e a que podem ser adicionados outros, como o milagre de Ourique, parece reforçar a importância do elemento mítico-psicológico em toda a História de Portugal e, consequentemente, na sua independência.

Há, no entanto, um aspecto que poderia pôr em causa a validade desta tese: a constatação de que a grande diferença psicológica se verifica entre o Castelhana e o Português, mas que a personalidade portuguesa era, no fundo, comum à Galiza, humana e culturalmente. Ora, como justificar que a Galiza não tenha também acedido à independência?

A resposta talvez possa ser encontrada em Mattoso (1993:58), que defende que, quando Afonso VII interveio em 1127 na Galiza e no Condado Portucalense, pretendia, como aliás conseguiu, impor a sua autoridade em ambos, pois o caso português não se distinguia do da Galiza. No entanto, «com a batalha de S. Mamede, a situação mudou por completo. De resto, verificou-se também por essa altura o progressivo desentendimento entre Gelmirez e o rei e a própria decadência do seu prestígio político e religioso». Esta situação explica a passividade galega, tanto de Gelmirez como de Fernão Peres de Trava – consorte da viúva D. Teresa, de quem tinha uma filha –, pois, após a morte de D. Teresa, não tentaram recuperar a influência perdida em Portugal. Como a Galiza estava mais preocupada com a definição das suas relações com Castela, não pôs em causa a legitimidade de sucessão do infante Afonso Henriques, único descendente do sexo masculino. Por isso «o destino político de Portugal até aí intimamente unido ao da Galiza, passava agora a distinguir-se nitidamente do dela».

Por tudo o que anteriormente foi exposto, não parece abusivo concluir que é no elemento psicológico que deve ser encontrada a justificação para a independência de Portugal, e claro, para toda a História de Portugal: reconquista, expansão marítima, restauração, se bem que nesta não seja de excluir a importância da aliança com a Inglaterra, potência pouco interessada, sobretudo por força de exemplos que a História se encarregou de registar, numa Península Ibérica unida sob o jugo ou comando de Castela¹⁴.

As Manifestações Contemporâneas do Elemento Psicológico

O povo português tem um sentimento de segurança ontológica nacional que, apesar de fases mais pessimistas, não esmorece sistematicamente nos momentos difíceis, o que impede a crise de identidade, pois, segundo Eduardo Lourenço (1992:11), «tivemos sempre uma vértebra supranumerária, vivemos sempre acima das nossas posses, mas sem problemas de identidade nacional». Para uma melhor compreensão dessa segurança ontológica no momento presente, basta analisar duas das maiores transformações que ocorreram na história contemporânea de Portugal: a queda do império colonial e a integração na Comunidade Europeia.

Quando, após o 25 de Abril de 1974, o império se desmoronou, sem ter havido uma verdadeira descolonização, a forma precipitada e anárquica como se processou a incompleta transmissão de poder e a necessidade de receber mais de meio milhão de pretensos retornados poderiam criar condições de depressão e crise de identidade, tendo em conta a costela supranumerária, a perda de uma possível fonte de riqueza e de prestígio e o assumir de um encargo que não tinha sido atempadamente previsto.

De facto, este processo que implicou um repatriamento apressado dos portugueses residentes nas antigas colónias, mesmo daqueles que tinham nascido no Ultramar e aí queriam continuar, pois

consideravam que era a essa terra que efectivamente pertenciam, até porque muitos deles nunca tinham estado na Metrópole, poderia ter custos identitários muito elevados.

De facto, a fuga para salvar a vida implicou, em muitos casos, o abandono de um magro pecúlio resultante de uma vida de trabalho.

Por outro lado, a inserção desse contingente de retornados no tecido social e produtivo do País, poderia pôr em causa não só a democracia, que estava longe de consolidada, mas provocar crises de identidade.

No entanto, este processo doloroso e, em certa medida, absurdo, mostrou que «só em termos de imaginário, e de imaginário fabricado por uma ideologia arcaizante e reaccionária, a identidade nacional estava vinculada à existência de territórios ultramarinos» (Lourenço, 1988:13).

De facto, como Eduardo Lourenço constatou, desde os meados do século XIX que pensadores nacionais consideravam que a perda ou a venda das colónias não poria em causa a identidade nacional, prova inequívoca de que já não faziam parte da essência portuguesa. Por isso, o luto foi vivido com serenidade, devido à constatação «dos limites óbvios do nosso poder enquanto nação colonizadora, mas também a prodigiosa irrealidade da imagem e dos mitos que nos permitiram usufruir candidamente – num mundo em plena metamorfose – da ideia de que éramos senhores de territórios desmedidos». Por isso mesmo, «o luto foi assumido com uma mistura de inconsciência e de realismo». Quando o Brasil se tornou independente em 1822, Pedro Calmon e outros historiadores mostraram que não houve uma reacção violenta por parte de Portugal e, prova disso, foi quando, «em 1922, um dos nossos presidentes pôde dizer aos Brasileiros que nós lhes estávamos gratos pela sua independência».

Também, alguns anos após a independência das colónias, e talvez motivados pelas situações desastrosas em que algumas se encontram, os Portugueses pensam agora mais nas antigas colónias

do que durante a fase do império colonial. Esta situação parece ser um reflexo do paradoxo pessoal, que atribuía aos Portugueses a sublime vocação de não-identidade, ou seja, «aptos a ser tudo e todos, não seríamos ninguém»¹⁵, ou a hiperidentidade devida à ductilidade e à capacidade de adaptação de um povo europeu que soube, mesmo com erros, praticar um ecumenismo, baseado na bondade e na humanidade e que se sentiu sempre em casa se «no vasto mundo pôde cultivar a sua horta e o seu jardim», ou teve uma quinta, ainda que só em pensamento, pois, como Freyre (1952:32) afirmou, «o gosto pela rotina da vida agrária está sempre no português autêntico», mesmo nos momentos de aventura longe de Portugal.

Talvez que por isso os Portugueses tenham assistido à queda do Império com tanta serenidade e até com algum alívio. O perfil psicológico anteriormente traçado permite dizer que o povo português tem sonhos tão altos que «mesmo a parte de Sancho que nos enraíza na realidade está sempre pronta a tomar os moinhos por gigantes» (Lourenço: 1988: 23).

No entanto, o fim da aventura quixotesca do Império, longe de provocar uma depressão colectiva, contribuiu para a queda da venda e permitiu vislumbrar uma nova imagem de povo, mais serena, mais harmoniosa, mas sempre digna de um país em que «o surgimento como Estado foi traumático e daí os mitos historiográficos ligados ao nascimento de Portugal terem um perfil tão freudiano, com sacrilégios maternos e palavras quebradas» (Lourenço:1992:18).

No que diz respeito à integração na Comunidade Europeia, integração que outros povos recusaram em referendo, talvez receosos de perder parte da sua identidade, também não contribuiu para a desagregação do sentimento nacional.

Os Portugueses aceitaram o desafio europeu sem complexos e sem valorizar a posição de uma minoria, sobretudo ligada aos partidos de esquerda, que via neste desafio europeu uma nova perda da independência de Portugal. Afinal a Península Ibérica não era uma jangada de pedra a afastar-se do resto da

Europa, mas dois países que, esquecidos das lutas antigas, procuravam a entrada no espaço europeu.

Para os Portugueses não se tratava de um desafio nem de uma ameaça, pois «somos superlativamente europeus porque já o éramos quando a Europa se definia na História do mundo como continente mediano» (Lourenço, 1988:23).

O povo português, tal como na expansão, não teve medo de ser digerido pela Europa e de perder a identidade. O povo português, cosmopolita para Pessoa e «que não gosta só de certas raças, gosta quase de todas», como afirmou Jorge Dias, não teve receio de, ao abraçar a aventura europeia, contactar com outros povos, outras culturas e com níveis superiores de desenvolvimento económico.

Para Eduardo Lourenço (1988:35), «Portugal é uma componente económica, política e culturalmente modesta para poder pretender inflectir ou impregnar o projecto da construção europeia de maneira determinante».

No entanto, esta situação não implicou que Portugal entrasse na Europa com um sentimento de inferioridade, ou de subserviência, como um laçoi em casa do senhor. Limitado territorialmente às fronteiras do início da segunda dinastia, Portugal viu na Europa que durante séculos nos menosprezou ou deslumbrou, de quem sempre fomos periferia e não centro, um refúgio providencial e uma nova aventura, a que se seguirá talvez outro período de rotina.

A identidade continuará garantida, pois «há no Português uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, ideias e seres, sem que isso implique perda de carácter» (Jorge Dias, 1988:25).

Por isso mesmo, parece poder concluir-se que a entrada na Comunidade Económica Europeia e, mais tarde, na União Europeia, o que implicou um maior grau de integração, com a consequente soberania de serviço teorizada por Adriano Moreira, não constituiu para o povo português um risco de perda de identidade.

Dito de outro modo ou noutra perspectiva, talvez seja para a Europa que nós poderemos constituir não

um problema mas um desafio, se, aceitando participar na construção ou reconstrução europeia, não fecharmos a nossa janela atlântica e lusófona de liberdade.

É que, pela primeira vez na nossa História, mesmo sem poderio económico ou militar, podemos participar na tomada das decisões que nos afectam.

Nótula Final

Do estudo efectuado não parece abusivo concluir que o elemento psicológico foi, se não determinante, pelo menos muito importante na formação de Portugal como reino independente. O carácter português parece poder ser apontado como o principal vector independentista e grande responsável pela História de Portugal, nos seus momentos de apogeu e aventura e nos períodos de rotina e de aparente pessimismo. De facto, os outros factores, isolados ou em conjunto, não parecem suficientes para constituírem uma explicação cabal da existência independente de Portugal e necessitam do elemento psicológico para uma explicação mais completa e com pretensão a ser aceite por uma parte considerável dos estudiosos do enigma português.

Quanto à formação desse carácter, ou melhor, do povo português, a multiplicidade de teses não parece deixar outra hipótese que não a de aceitar que este tenha resultado de uma mistura de povos, alongada no tempo e extensa no número de elementos envolvidos. Talvez tenha sido esse contacto prolongado de culturas, essa fusão de povos que possa explicar a complexidade do Português – o único ente do mundo que atribuiu significado à saudade e soube levar esse sentir ao mundo que ajudou a criar.

Não será por acaso que a canção-bandeira de Cabo Verde se intitula *Sodade*.

Espera-se, ou pelo menos deseja-se, que a mesma se refira não ao passado mas ao futuro.

Notas

- ¹ Jacques Georgel, 1985, *O Salazarismo*, Lisboa, Dom Quixote, p. 67.
- ² O ensaio de Agostinho da Silva “Identificação de um país...chamado Portugal”, foi publicado pelas Edições Lusófonas e o título deste artigo representa uma singela homenagem a Agostinho da Silva, um pensador e construtor da lusofonia.
- ³ Cf. Francisco da Cunha Leão, 1973, *O Enigma Português*, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, p. 97.
- ⁴ Francisco da Cunha Leão, *obra citada*, p. 100
- ⁵ Cf. Alexandre Herculano, *obra citada*, p. 82.
- ⁶ Cf. Francisco da Cunha Leão, *obra citada*, p. 200.
- ⁷ Cf. Francisco da Cunha Leão, *obra citada*, p. 86.
- ⁸ Cf. Francisco da Cunha Leão, *obra citada*, p. 101.
- ⁹ Cf. Oliveira Martins, *obra citada*, p. 68.
- ¹⁰ Cf. Oliveira Martins, *obra citada*, p. 70.
- ¹¹ Cf. Francisco da Cunha Leão, *obra citada*, pp. 112-113.
- ¹² Todas estas referências pertencem à obra citada de Cunha Leão, pp. 178,146,162, 174 e 176.
- ¹³ Todas as citações são da obra de António Quadros, pp. 62,65 e 67.
- ¹⁴ Esta aliança só foi posta em causa quando a Inglaterra sentiu que os seus interesses podiam estar a ser questionados, como aconteceu aquando do *Ultimatum*.
- ¹⁵ Todas as referências não identificadas são da obra de Eduardo Lourenço, pp. 13,22 e 14.

Bibliografia

- Bento, José, 1986, *Cartas de Pascoaes e Unamuno*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Castro, Américo, 1948, *Espanha en su História, Cristianos, Moros y Judíos*, Buenos Aires, Editorial Losada S.A.
- Castro, Américo, 1971, *La Realidad Historica de España*, 4ª edição renovada, México, Editorial Porrúa.
- Corrêa, A. Mendes, 1918, “Estudos da Etnogenia Portuguesa,” in separata dos *Anais Científicos da Faculdade de Medicina do Porto*, Vol. IV, nº 2, Porto, Enciclopédia Portuguesa.
- Corrêa, A.Mendes, 1919, *Raça e Nacionalidade*, Porto, Renascença Portuguesa.
- Herculano, Alexandre, 1980, *História de Portugal*, 7ª Edição, tomo I, Lisboa, Livraria Bertrand.
- Dias, Jorge, 1986, *O Essencial sobre os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Freyre, Gilberto, 1952, *Aventura e Rotina*, 2ª edição, Lisboa, Livros do Brasil.
- Leão, Francisco da Cunha, 1973, *O Enigma Português*, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores.
- Lourenço, Eduardo, 1992, *O Labirinto da Saudade*, 5ª edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Lourenço, Eduardo, 1988, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Marques, A.H. de Oliveira Marques, 1974, *História de Portugal*, 4ª Edição, Lisboa, Palas Editores.
- Martins, Oliveira, 1977, *História de Portugal*, 17ª Edição, Lisboa, Guimarães Editores.
- Martins, Oliveira, 1987, *História da Civilização Ibérica*, Vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mattoso, José Mattoso e Sousa, Armindo de, 1993, *História de Portugal*, vol.II, Lisboa, Editorial Estampa.
- Moreira, Adriano, 1977, *A Nação Abandonada*, Braga-Lisboa, Intervenção.
- Pascoaes, Teixeira de, 1998, *Arte de Ser Português*, 3ª Edição, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Quadros, António, 1988, *Portugal Razão e Mistério*, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores.
- Ribeiro, Orlando, 1987, *A Formação de Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Sardinha, António, 1915, *O Valor da Raça*, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa, Editores.
- Sarmento, Francisco Martins, 1891, *Lusitanos, Lígures e Celtas*, Porto, Tipografia de António José da Silva Teixeira.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, 1979, *História de Portugal*, 3ª edição, vol. I, Lisboa, Verbo.
- Teles, Basílio, 1901, *Estudos Históricos e Económicos*, Porto, Lello & Irmão.